

PELA COLETIVIDADE

MP protocoliza Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra Samae

>> Rosi Oliveira
Redação DS

No dia de ontem, 26, o Ministério Público, do Estado de Mato Grosso, representado pela Promotora de Justiça, perante a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Tangará da Serra, convocou uma coletiva com a imprensa local, onde a titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra, Dra. Claire Vogel Dutra, fez alguns esclarecimentos dos atos tomados pelo órgão no que tange as medidas tomadas no que se refere ao desabastecimento de água no município.

Segundo a Promotora, o Ministério Público está atento aos acontecimentos no município e inclusive já protocolizou uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, nesta data, visando obter a tutela antecipada para garantir direitos e deveres. “Referente ao fornecimento de água, não é de hoje, que o Ministério Público atua em recuperar o Rio Queima Pé, para que os últimos acontecimentos não voltem a ocorrer. Após algumas notícias e denúncias aqui na Promotoria, de ofício instauramos um procedimento investigatório para apurar essa notícia de faltaria água no

município”, informou, ressaltando que todas as solicitações aos órgãos competentes, passaram então a serem realizadas. “As respostas que tivemos do diretor do Samae se fez em dizer que todas as medidas estavam sendo tomadas para evitar que isso acontecesse”, salientou.

De acordo com Vogel, os trabalhos por parte da Promotoria em obter informações foram bastante insistentes, mas as mesmas nunca chegaram a contento. “Fizemos vários ofícios, a maioria deles sem resposta. Não vieram respostas. Fiz reuniões com o muni-



“Fizemos vários ofícios, a maioria deles sem resposta”, diz Claire

cípio e o Samae, então ingressamos hoje (ontem), com essa Ação

Civil Pública, para forçar o município a restabelecer o quanto

antes o fornecimento da água à população”, finalizou.

INVESTIGAÇÃO

Visando clareza no Samae, vereador Duarte solicita auditoria na Autarquia

>> Rosi Oliveira
Assessoria

Em Sessão Ordinária realizada na Câmara de vereadores na tarde terça-feira, 25, o vereador Weliton Duarte (PT) apresentou Requerimento solicitando que seja realizada uma auditoria no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tangará da Serra (SAMAe).

Segundo o legislador, a proposta foi levada à Casa de Leis, como forma de realizar averiguações que são necessárias para que embasem os vereadores do município, que estão sendo inquiridos pelos munícipes tangaraenses e não tem respostas claras para repassar aos eleitores. “Nosso objetivo com a proposta é verificar como está a Autarquia. Queremos saber sobre os convênios firmados, valores arrecadados e gastos, inclusive na obra atual que lá está sendo realizada, no novo reservatório”, esclareceu Duarte, ao ressaltar



“Queremos saber sobre os convênios firmados, valores arrecadados e gastos, inclusive na obra atual”, Duarte

que a solicitação visa principalmente saber onde e como foram empregados os recursos da arrecadação após a imposição por decreto que possibilitou o aumento da tarifa de água no município. “Como estamos passando por esse momento crítico, queremos saber como isso aconteceu, uma vez que não pode ter sido por falta de recursos, pois o decreto impôs o aumento. Então com a auditoria veremos claramente onde e como os recursos foram

empregados”, pontua.

De acordo com o solicitante, outro objetivo da solicitação para a realização da auditoria se dá para também saber se os recursos arrecadados são ou não satisfatórios, como alegaram para a efetivação do Decreto à época. “A auditoria também servirá para sabermos se a Autarquia não arrecada valores satisfatórios. O que devemos saber, pois foi por isso que o decreto aconteceu. Sendo assim, ela poderá nos dizer se

ainda há déficit na arrecadação, pois daí poderemos pensar em saídas e ajudar”, completou.

O requerimento foi aprovado em plenário, tendo apenas o vereador Rogério Silva contrário. De acordo com a proposta do vereador, a auditoria deveria ser contratada pela Câmara Municipal, com prazo de 30 dias, após a contratação da empresa, para ser concluída. O documento deverá ser protocolado até sexta-feira.

SOLUÇÃO

Em busca de Tutela antecipada, MP faz várias solicitações

>> Rosi Oliveira
Redação DS

“Soluções mágicas, evidentemente, não existem, não se descarta da situação climática adversa de falta de chuvas, porém, isso não isenta o Poder Público Municipal e a autarquia responsável pelo abastecimento de buscarem soluções para minorar a problemática da escassez de água, que não é inédita no Município”, diz trecho da Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público ontem, 26, o órgão solicita que o Judiciário: - Proíba o município de autorizar, licença, alvará ou liberação de qualquer novo empreendimento imobiliário, de qualquer natureza e sob qualquer denominação, sejam loteamentos urbanos ou rurais, abertos ou fe-

chados; - Tomar providências efetivas visando o regular e contínuo abastecimento de água potável, minimamente previsto, ainda que, em esquema de rodízio;

- Sejam apresentados os estudos, bem como as licenças ambientais necessárias para a construção do novo reservatório, cuja obra já está sendo realizada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto; - A condenação dos réus pelo dano moral coletivo; - Sejam apresentados relatórios de análise da qualidade da água de todos os locais de captação (represas, poços artesianos e ETA), no prazo a ser determinado, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser revertida para o fundo que trata o art. 13 da Lei de Ação Civil Pública.

PROTEÇÃO
E TRANQUILIDADE
O MELHOR DESTINO PARA SUAS FÉRIAS

Sair de férias significa ir ao encontro da sua liberdade, aproveitar com a família o merecido descanso. Curta o seu tempo de folga com segurança e tranquilidade tendo ao seu lado a empresa de monitoramento eletrônico que, há mais de 30 verões, deixa você tranquilo e protegido, onde você estiver.

INVIOLÁVEL
MONITORAMENTO ELETRÔNICO

(65) 3311.3311 • inviolavel.com